

Maria Cristina Ribeiro de Sousa Fernandes*

A Ordem do Templo em Portugal: algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo

R E S U M O

Com este estudo pretendemos chamar a atenção para o problema das fontes relativas à Ordem do Templo. A ausência de um cartório próprio, a dispersão provocada pelo processo de extinção e sua dimensão internacional, são aspectos que dificultam a sua identificação, uma vez que esta se encontra dispersa e se confunde com a documentação da Ordem de Cristo, herdeira preferencial dos seus bens.

Em termos de produção escrita, nunca nenhuma Ordem de Cavalaria despertou tanto interesse através dos tempos como a Ordem dos Cavaleiros de Jerusalém, os Templários. Nos últimos anos, o estudo das Ordens Militares presentes no território português têm vindo a desenvolver-se, resultando em numerosos estudos dedicados a estas temáticas, onde se têm privilegiado o estudo das milícias de âmbito peninsular¹. Contudo, em Portugal, são as Ordens supranacionais do Templo e do Hospital as primeiras a surgir, seguindo-se-lhes as Ordens de Santiago, Avis e Cristo, criadas ao longo dos séculos XII a XIV. Assim, ao contrário do que verificamos nos estudos feitos em outros países europeus e dedicados às Ordens Militares, as milícias de carácter supranacional presentes no território português são as menos conhecidas, apesar da sua primazia face às milícias ibéricas. Os cavaleiros Hospitalários têm sido objecto de estudo por parte de Paula Pinto Costa², revelando-se o seu estudo importante e indiciador de pistas para a congénere Ordem do Templo. O conhecimento desta última instituição é essencial para o entendimento da importância destes institutos no desenvolvimento do reino de Portugal. Assim, com o propósito de colmatar esta lacuna, foi-nos sugerido que desenvolvêssemos uma investigação em torno da Ordem do Templo, como programa de trabalho do nosso doutoramento.

Neste sentido, e desde logo, começamos por carrear tanto bibliografia como fontes documentais. No caso de Portugal, a bibliografia de carácter científico relacionada com esta milícia é

* Universidade do Porto – Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: cihmr03011@letras.up.pt

¹ Sobre a Ordem de Santiago, veja-se: BARBOSA, 1998: 93-288; PINTO, 2002; MATA, 1992a e 1999b; CUNHA, 1991; FERNANDES, 2003. Sobre a Ordem de Avis: CUNHA, 1989; PIMENTA, 1997: 127–242. No que diz respeito a Ordem de Cristo: SILVA, 1997^a: 5-126 e 1998b; VASCONCELOS, 1998: 5-92.

² Para conhecimento da implantação da Ordem do Hospital em Portugal, vejam-se os trabalhos de: COSTA, 1993a e 1999-2000b: 5-592.

bastante rara³, muito embora tenha proliferado, sobretudo na última década, um vasto conjunto de romances históricos de fundo especulativo. Ao contrário, começa a estar disponível um considerável leque de bibliografia estrangeira, como mostra, por exemplo, a agenda de trabalho do V Encontro sobre Ordens Militares (Palmela, 2006), em que estiveram presentes vários estudiosos destas matérias⁴. Por sua vez, coligir os vestígios documentais existentes e tentar reconstituir o património escrito dos Templários em Portugal é uma tarefa bem mais complexa e que se prende com a própria evolução histórica desta instituição. Assim sendo, com este apontamento pretendemos apenas apresentar um primeiro elenco das fontes essenciais para o estudo do tema em apreço e evidenciar alguns problemas colocados pelas mesmas.

A criação na Península de Ordens Religiosas e Militares com os mesmos fins das criadas na Palestina, ou simplesmente a introdução daquelas já existentes, contribuiu para fortalecer o ideal e os objectivos da Cruzada⁵. Em Portugal, os Templários e os Hospitalários, pertencentes ao conjunto das Ordens Internacionais, surgem entre a segunda e a terceira décadas do séc. XII. Seguiram-se-lhes as Ordens de Calatrava (Calatrava não existe em Portugal, mas sim Avis, que surge em 1175-76) e Santiago, de origem hispânica, cerca de 1172.

Inseridas no movimento de Cruzada, estas milícias faziam uso das armas como forma de difusão da fé e caminho para a salvação do indivíduo. A Ordem do Templo, com cunho militar mais acentuado do que a milícia do Hospital (na sua fase inicial), respondia de forma directa a este ideal, constituindo ainda um valioso aliado no povoamento e exploração do espaço reconquistado, enquadrando civil e religiosamente as populações e participando activamente na defesa das fronteiras a norte do Tejo e daquelas que vão sendo “criadas” com o avanço da reconquista para Sul⁶.

Os Templários viram a sua fundação em Jerusalém no ano de 1118 ou 1119 pelos cavaleiros franceses Hugues de Payens e Godefroy de Saint-Omer. Designando-se inicialmente, *Pauperi Equites Christi* ou *Militia Christi*, adquirem a designação de *Milites Templi* graças à doação que o rei Balduíno II lhes fez de uma parte da sua residência que se identificava com o antigo Templo de Salomão.⁷ A nova milícia depressa ganha adeptos no Ocidente, sendo os estatutos da Ordem redigidos por S. Bernardo de Claraval⁸ e sancionados no Concílio de Troyes. Mais tarde, o Patriarca de Jerusalém, Estevão de Chartres, ultimaria a redacção da denominada *Regra Latina*, composta de setenta e dois artigos⁹.

³ FERREIRA, 1735, COSTA, 1771, MONTAGNAC, 1864, BARROCA, 1996-1997, OLIVEIRA, 2000, PINHARANDA, 2002.

⁴ Michel Balard, Carlos de Ayala Martínez, Jürgen Sarnowski, Saúl Gomes, António Pestana de Vasconcelos, Nikolas Jaspert, Pierre-Vincent Claverie, Philippe Josserand, Kristjan Toomaspoeg, Alan Forey, Paulo Pereira, Damien Carraz, Luis García-Guijarro, Maria João Violante Branco, Paula Pinto Costa e Mário Jorge Barroca, Hermínia Vilar, Hermenegildo Fernandes e Elena Postigo Castellanos .

⁵ FONSECA, 1998, RILEY-SMITH, 1986.

⁶ BARROCA, 1996-1997.

⁷ GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, 1995: 36.

⁸ COUSIN, 1954.

⁹ PINHARANDA, 2002: 80-129.

Em pouco tempo a Ordem contava com uma organização sólida e um grupo considerável de efectivos humanos que lhe permitia ocupar uma posição privilegiada na Terra Santa. Esta situação de privilégio proporcionou aos Templários importantes benefícios no Ocidente, trazendo à Ordem bens em numerosos locais da Europa, fruto de doações que, em último caso, garantiriam rendimentos para aplicar na defesa de Jerusalém.

A expansão dos domínios Templários no Ocidente fez-se sentir em grande escala nas regiões da França e Inglaterra, sendo de realçar, ainda, o seu papel na Península Ibérica, onde os feitos militares destes freires irão garantir a sua presença efectiva no território.¹⁰

Em Portugal a presença Templária é assinalada em 19 de Março de 1128¹¹, quando D. Teresa doa o castelo de Soure e o seu termo ao emissário da Ordem enviado à Península, Raymond Bernard, em troca da sua colaboração na reconquista do território aos mouros. Na verdade, a instabilidade na região do Mondego, desde 1116, exigia uma intervenção definitiva na defesa do flanco sul da cidade desde o ataque almorávida¹². Os cavaleiros do Templo auxiliaram D. Afonso Henriques na conquista de Santarém, em 1147, recebendo, como forma de recompensa, autoridade eclesiástica sobre as terras libertadas aos mouros¹³. Em 1159, durante o mestrado de Gualdim Pais em Portugal, os Templários recebem o castelo de Ceras¹⁴ perto de Tomar, com as respectivas terras que se estendiam desde o rio Mondego até ao Tejo, ao longo do Zêzere. Como o castelo de Ceras estava em ruínas, Gualdim Pais decidiu construir uma nova fortificação em Tomar, tendo as obras sido iniciadas a 1 de Março de 1160. Cinco anos mais tarde, o Templo recebe ainda os territórios de Idanha e Monsanto¹⁵, sendo-lhes ainda concedido, em 1169, a terça parte das terras conquistadas ao sul do rio Tejo¹⁶, o senhorio sobre os castelos de Cardiga, Foz do Zêzere e confirmada a doação de Tomar¹⁷. Um ano mais tarde, a linha defensiva do Tejo é fortalecida com a construção do castelo de Almourol em 1171¹⁸.

Assim, quando a 13 de Julho de 1190 o rei de Marrocos cerca os Templários em Tomar, o potencial militar destes freires é confirmado, estabelecendo como necessária a sua presença na defesa do território, situação que se faria sentir até ao reinado de D. Dinis.¹⁹ Ao longo deste período a Ordem do Templo vai implantar-se geograficamente a sul da linha do Mondego, consolidando a sua posição territorial na Beira Interior.

O processo iniciado por Filipe, *o Belo*, a partir de 1308, contra os cavaleiros do Templo conduziria em Portugal ao surgimento de uma nova milícia. Nesta data, mais concretamente a 12 de Agosto, Clemente V, pela Bula *Regnans in coeli*, dirigida aos príncipes do Ocidente, dá conhecimento do processo movido contra os Templários, convocando o Concílio Ecuménico de

¹⁰ Veja-se: MARQUIS D'ALBON, 1913-1922a; PARKER, 1963; FOREY, 1973; ESTEPA DIEZ, 1972; CASTAN LANASPA, 1982; GARCIA LARRAGUETA, 1981; MARTINEZ DIEZ, 1993.

¹¹ *Documentos Medievais portugueses, Documentos régios*, doc. 79.

¹² SERRÃO, 1995.

¹³ *Documentos Medievais portugueses, Documentos régios*, doc. 221.

¹⁴ *Documentos Medievais portugueses, Documentos régios*, doc. 271.

¹⁵ *Documentos Medievais portugueses, Documentos régios*, doc. 288.

¹⁶ *Documentos Medievais portugueses, Documentos régios*, doc. 295.

¹⁷ *Documentos Medievais portugueses, Documentos régios*, doc. 297.

¹⁸ Esta construção está comprovada pela epígrafe nº 138. Vd. BARROCA, 1995.

¹⁹ BARROCA, 1996-1997.

Viena para Outubro de 1310. O intuito de extinção desta milícia viria a tornar-se realidade no mês de Dezembro do mesmo ano, altura em que o Pontífice, pela Bula *Callidi Serpentis vigil*, ordena a prisão dos Templários e a entrega dos mesmos às autoridades eclesiásticas.

O esforço de D. Dinis para impedir a saída dos bens do Templo para a Ordem do Hospital, leva o monarca a procurar testemunhar os direitos régios sobre estes, argumentando que apenas teria sido garantido à Ordem do Templo o uso perpétuo das terras do reino, continuando estas a pertencer à Coroa portuguesa. Paralelamente, a nível externo, D. Dinis procura aliados ibéricos, estabelecendo pactos de aliança com Fernando IV, rei de Leão e Castela, no ano de 1310, e com Jaime II, rei de Aragão, em 1311. Estes tratados acabariam por se revelar muito positivos já que permitiram obter da Santa Sé a isenção de entrega dos bens templários existentes na Península Ibérica à Ordem do Hospital, sendo estes canalizados para o combate aos infiéis que constantemente atacavam a costa portuguesa. Esta acção de D. Dinis constitui uma hábil resolução que, diplomaticamente, soube conservar as riquezas de uma Ordem extinta através da criação de uma outra, a Ordem de Cavalaria de Jesus Cristo.

Traçado este contexto introdutório, cabe explicar que o ponto de partida da nossa investigação foi a recolha da documentação relativa à Ordem do Templo, existente no núcleo documental das Ordens Militares portuguesas do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (I.A.N./T.T.), e que constitui o fundo de base para o conhecimento desta Ordem. Simultaneamente, recorreremos ainda a outros núcleos documentais do mesmo arquivo, nomeadamente ao das *Chancelarias Régias, Gavetas, Coleção de Bulas, Leitura Nova*, com especial relevância para o *Livro dos Mestrados*, onde se encontram trasladados numerosos documentos da Ordem do Templo e cujos originais são ainda possíveis de identificar nos fundos das Gavetas e Bulas. Apesar deste fundo constituir o mais significativo, foi ainda possível identificar alguma documentação dispersa no Arquivo Distrital de Braga²⁰ e ainda na Biblioteca Nacional de Lisboa²¹. No entanto, esta tarefa não se revelou simples, sendo numerosos os problemas que se levantam com a identificação das fontes relacionadas com a Ordem do Templo. A ausência de um cartório da documentação templária, a dispersão da mesma provocada sobretudo pelo processo de extinção e pela dimensão internacional da Ordem, assim como a pulverização patrimonial no nosso reino e o seu percurso histórico são aspectos que dificultam a sua identificação, uma vez que esta se encontra dispersa e se confunde com a documentação da Ordem de Cristo, herdeira preferencial dos seus bens. Como é sabido, em tempos medievais, o recurso ao registo escrito não era frequente e, muitas vezes, ficava reservado a elementos que garantiam a posse de património e do exercício de determinados direitos.

²⁰ Gaveta das Propriedades e Rendas da Mitra, Gaveta de notícias várias, Gaveta de quindénios, décimas, subsídios, donativos, tributos e fintas, Gaveta 1ª das Igrejas, Gaveta de concílios, sínodos e juntas eclesiásticas, Caixa das Bulas e Livro das Cadeias.

²¹ A B.N.L. conta com um espólio rico relativo às Ordens Militares, ainda que maioritariamente diga respeito ao período moderno, para a época em estudo ressaltam os Códices de Pedro Alvares Seco, existentes no Fundo Geral e as Crónicas relativas à Ordem de Cristo. No Fundo Geral desta Biblioteca encontramos os Códice 735, 736 e 738 – *Compilação das escrituras da Ordem de Cristo* – que, em conjunto com o número 737, constituem a segunda cópia dos códices 234 e 235 da Ordem de Cristo, depositados na Torre do Tombo, estando organizada da seguinte forma: Iª Parte. Origem dos templários, sua extinção; Ordem de Cristo; Ordem de Calatrava; etc.; IIª Parte. Escrituras de doação, testamentos, etc., no reino; IIIª Parte. Escrituras de bens e rendas, jurisdições, etc., em África, Ásia e ilhas; IVª Parte. Privilégios e franquias, apostólicas e dos reis, a toda a Ordem, e pessoas delas.

Com D. João I, as Ordens Militares são tratadas como instituições senhoriais, que o monarca vai distribuir pelos seus filhos, em 1419, 1429 e 1434 se focalizarmos a nossa atenção em Santiago, Cristo e Avis, respectivamente. Este processo culmina numa união definitiva destas instituições à coroa, através da Bula do Papa Júlio III – *Praeclara charissimi in Christo* – de 30 de Dezembro de 1551²², onde é concedido a D. João III a administração dos Mestrados de Avis e Santiago, unindo-as à coroa de forma inequívoca, uma vez que D. Manuel ocupava já o lugar de Mestre da Ordem de Cristo.

Actualmente, o fundo documental do I.A.N./T.T. relativo às Ordens Militares encontra-se descrito na publicação intitulada *Mesa da Consciência e Ordens*²³, efectuada por este arquivo no ano de 1997. Sendo o espólio relativo ao Mestrado da Ordem de Cristo composto por 333 livros e 114 maços, situados cronologicamente entre 1112 e 1837, e incorporando documentação da Ordem e do Convento de Cristo em Tomar, do Mosteiro de Nossa Senhora da Luz de Carnide e uma certidão referente à Colegiada de Nossa Senhora da Conceição dos Freires.

Deste conjunto documental ressaltam os Códices da *Mesa da Consciência e Ordens*. códice 297²⁴, *Ordem de Cristo / Convento de Tomar* códices 1²⁵, 2²⁶, 7²⁷, 11²⁸, 14²⁹, 15³⁰, 35³¹, 232³², 233³³, 234³⁴, 235³⁵, 236³⁶, 264³⁷, 270³⁸ e *Tombos dos bens e direitos da Ordem de Cristo* códice 501³⁹. Estes códices, apesar de referentes à Ordem de Cristo integram documentos relativos à

²² I.A.N./T.T., *Gaveta IV*, m. 1, nº 18 e *Gaveta V*, m. 3, nº 4. Publ., entre outros nas *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, p. 60-68 e p. 392-399.

²³ FARINHA; JARA, 1997.

²⁴ *Colecção dos indultos apostólicos, doações e privilégios reais concedidos à Ordem do Templo e à Ordem de Cristo*, livro 1.

²⁵ *Tombo das igrejas, padroados e direitos eclesiásticos da Ordem de Cristo mandado fazer pelo Dr. Pedro Álvares, por alvará de 28 de Julho de 1571.*

²⁶ *Tombo dos bens, rendas e direitos que a Mesa Mestral da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo tem nas vilas de Tomar e Pias e seus termos.*

²⁷ *Bulas, doações e privilégios concedidos à Ordem do Templo e a Ordem de Cristo que, por alvará régio de 25 de Julho de 1559, foram mandadas trasladar na Torre do Tombo para entregar a D. Pedro Álvares, encarregado do cartório do Convento de Tomar.* Este códice foi elaborado com base no traslado feito do Livro dos Mestrados.

²⁸ *Livro das igrejas, padroados e direitos eclesiásticos da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.*

²⁹ *Livro do sumário das escrituras da Ordem de Cristo, segundo o livro mandado fazer em 1560, dividido em 4 partes.*

³⁰ *Bulas e letras apostólicas concedidas à Ordem do Templo. Trelados autênticos, feitos pelo Dr. Pedro Álvares pelos originais e trelados que se encontravam em poder de Pero de Alcáçova Carneiro, segundo a ordem régia de 30 de Junho de 1559.*

³¹ *Privilégios e doações concedidas ao convento de Tomar. Trelados feitos por ordem do Dom Prior Frei Nuno Gonçalves.* Inclui trelados de doações e privilégios relativos ao convento, que se encontravam registados nos códices monumentais.

³² *Tombo dos bens, rendas e direitos e escrituras do convento de Tomar.*

³³ *Tombo dos bens, contratos, doações e outras escrituras das Ordens do Templo e de Cristo, desde 1190 em diante.*

³⁴ *Livro das escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo que el-Rei D. Sebastião nosso senhor como administrador e perpetuo governador da Ordem mandou fazer pelo Dr. Pedro Álvares, do seu desembargo, cavaleiro professo da dita Ordem.*

³⁵ *Tombo das igrejas, padroados e direitos eclesiásticos da Ordem de Cristo fazer pelo Dr. Pedro Álvares, do seu desembargo, cavaleiro professo da dita Ordem.*

³⁶ *Registo dos tombos de diversas comendas da Ordem de Cristo.*

³⁷ *Colheitas que o bispo de Coimbra ha d'aver em cada hum anno – séc. XIII.*

³⁸ *Privilégios concedidos à Ordem de Cristo. Cópia feita por Frei Teodoro de Melo em 1743.*

³⁹ *Tombo da Comenda de Santa Maria da Torre (Tomar) – Autos de demarcação, sendo comendador D. João de Saldanha de Oliveira e Sousa, morgado de Oliveira, gentil-homem da câmara do infante D. Pedro. – (Inclui o traslado da doação do castelo de Seda à Ordem do Templo, feita por D. Afonso Henriques).*

Ordem do Templo e, ainda que lavrados em épocas posteriores à extinção dos Templários contêm referências a esta milícia.

Neste sentido, não é possível ignorar o esforço de Pedro Álvares Seco⁴⁰, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, juiz e contador do mestrado, que na segunda metade do século XVI, por ordem de D. Sebastião, reestrutura o cartório da Ordem de Cristo. Note-se que a organização documental destes códices, em termos de conteúdo, procura reflectir o espólio da Ordem de Cristo, sendo a documentação templária anexada com uma função legitimadora da posse dos privilégios e património que outrora lhe pertenceram.

À parte estas circunstâncias, quanto à documentação templária portuguesa no seu conjunto global, podemos realçar alguns aspectos primordiais: escassez de fontes, períodos de grande descontinuidade dos diplomas, grande heterogeneidade documental ao nível de conteúdos e grande dispersão cronológica e temática. Resultam, também, em grandes dificuldades a integração de diplomas já existentes noutros fundos dando lugar a diversas cópias do mesmo texto e a existência de documentos incompletos ou citações parciais, que dificultam bastante a identificação e classificação dos mesmos.

A análise destes documentos aponta para uma abundância de documentação pontifícia, alguma que afecta às Ordens Militares de forma geral, tais como as Bulas de Cruzada, legitimadoras da função bélica. Os diplomas mais específicos para o Templo tanto são de origem pontifícia e/ou episcopal (como bulas e breves, sentenças, concórdias, procurações, entre outros), como de proveniência régia (a saber, doações e privilégios) e particular. Por sua vez, a Ordem também nos aparece como produtora de registos, alguns deles emanados da Chancelaria da milícia ou de oficinas notariais (como, por exemplo, doações, testamentos, forais, aforamentos ou empraçamentos, composições e procurações).

Tal como Saul Gomes já fez notar, *a documentação templária revela um certo grau de autonomia e centralidade efectiva de autogestão, denotada nos protocolos iniciais dos actos que referem diferentes formas de projecção da autoridade dos mestres e priores que comandavam a instituição*⁴¹.

No que diz respeito à documentação impressa, nomeadamente, as crónicas específicas da Ordem do Templo e Cristo, podemos destacar as de Frei Bernardo da Costa⁴², Alexandre Ferreira⁴³, Rodriguez Campomanes⁴⁴, Élize de Montagnac⁴⁵, Luís de Santa Catarina⁴⁶, Joaquim de Santa Rosa de Viterbo⁴⁷ e Frei Jerónimo Roman⁴⁸. Existem ainda referências documentais avulsas impressas em colectâneas de documentos, dos quais podemos destacar: Cartulário do Marquês d'Albon⁴⁹, Rui Azevedo⁵⁰, Avelino Jesus da Costa⁵¹ ou nos *Portugaliae Monumenta Histórica*⁵²,

⁴⁰ Sobre a obra deste, veja-se o trabalho de CASTELO BRANCO, 1982: 31-52.

⁴¹ GOMES, 2005: 119.

⁴² COSTA, 1771.

⁴³ FERREIRA, 1735.

⁴⁴ RODRIGUEZ CAMPOMANES, 1747.

⁴⁵ MONTAGNAC, 1864.

⁴⁶ SANTA CATARINA, 1722.

⁴⁷ VITERBO, 1965-1966.

⁴⁸ ROMAN, 1920 - 1940.

⁴⁹ ALBON, 1913-22a; 1922b.

⁵⁰ AZEVEDO; PEREIRA 1979.

⁵¹ COSTA; MARQUES, 1989.

*Monumenta Portugaliae Vaticana*⁵³, *Monumenta Henricina*⁵⁴, *Monarquia Lusitana*⁵⁵, *Documentos Medievais portugueses*⁵⁶ e *Descobrimientos Portugueses*⁵⁷, entre outros⁵⁸.

As referências à cronística da Ordem do Templo colocam, contudo, o problema da veracidade das informações veiculadas, sobretudo daquelas que referem fontes que não são possíveis de ser identificadas no presente. Este tipo de discurso, ao remeter-nos para o plano geral da Ordem, leva-nos ao encontro de factos que, apesar de terem ocorrido em locais geograficamente distantes de Portugal, ajudam a contextualizar os acontecimentos registados na esfera nacional. Pelas considerações que fizemos, fica patente que, nesta fase da investigação, não nos debruçamos sobre arquivos estrangeiros, sendo nosso propósito investir nesses fundos, o mais breve possível.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo Secretaria do Mestrado da Ordem de Cristo

MCO 297: *Colecção dos indultos apostólicos, doações e privilégios reais concedidos à Ordem do Templo e à Ordem de Cristo, livro 1.*

Ordem de Cristo / Convento de Tomar Bulas e Privilégios

OC/CT 15: *Bulas e letras apostólicas concedidas á Ordem do Templo. Trelados autênticos, feitos pelo Dr. Pedro Álvares pelos originais e trelados que se encontravam em poder de Pero de Alcáçova Carneiro, segundo a ordem régia de 30 de Junho de 1559.*

Tombos Gerais

OC/CT 1: *Tombo das igrejas, padroados e direitos eclesiásticos da Ordem de Cristo fazer pelo Dr. Pedro Álvares, por alvará de 28 de Julho de 1571.*

OC/CT 2: *Tombo dos bens, rendas e direitos que a Mesa Mestral da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo tem nas vilas de Tomar e Pias e seus termos.*

OC/CT 7: *Bulas, doações e privilégios concedidos à Ordem do Templo e a Ordem de Cristo que, por alvará régio de 25 de Julho de 1559, foram mandadas treladar na Torre do Tombo para entregar a D. Pedro Álvares, encarregado do cartório do Convento de Tomar.*

⁵² *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, 1856 Vol. I.

⁵³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, 1970, Vol. II.

⁵⁴ *Monumenta Henricina*, 1960-1974.

⁵⁵ BRANDÃO, 1980.

⁵⁶ *Documentos Medievais portugueses*, 1940-1962.

⁵⁷ *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*, 1988.

⁵⁸ Tais como : CLAIRVAUX, Bernard de – «Liber ad milites Templi de laude novae militiae»; LEONARD, 1930. *Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal, 1574*; NEVES, 1980; PINHARANDA, 2002 : 80-129; *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 1946-54; REUTER, 1938; SANTARÉM, 1842-1874.

- OC/CT 11: Livro das *igrejas, padroados e direitos eclesiásticos da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*.
- OC/CT 14: *Livro do sumário das escrituras da Ordem de Cristo, segundo o livro mandado fazer em 1560, dividido em 4 partes*.
- OC/CT 35: *Privilégios e doações concedidas ao convento de Tomar. Trelados feitos por ordem do Dom Prior Frei Nuno Gonçalves*.
- OC/CT 232: *Tombo dos bens, rendas e direitos e escrituras do convento de Tomar*.
- OC/CT 233: *Tombo dos bens, contratos, doações e outras escrituras das Ordens do Templo e de Cristo, desde 1190 em diante*.
- OC/CT 234: *Livro das escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo que el-Rei D. Sebastião nosso senhor como administrador e perpetuo governador da Ordem mandou fazer pelo Dr. Pedro Álvares, do seu desembargo, cavaleiro professo da dita Ordem*.
- OC/CT 235: *Tombo das igrejas, padroados e direitos eclesiásticos da Ordem de Cristo fazer pelo Dr. Pedro Álvares, do seu desembargo, cavaleiro professo da dita Ordem*.
- OC/CT 236: *Registo dos tombos de diversas comendas da Ordem de Cristo*.
- OC/CT 264: *Colheitas que o bispo de Coimbra ha d'aver em cada hum anno – séc. XIII*.
- OC/CT 270: *Privilégios concedidos à Ordem de Cristo. Cópia feita por Frei Teodoro de Melo em 1743*.

Tombo dos bens e direitos da Ordem de Cristo

- TC 501: *Tombo da Comenda de Santa Maria da Torre (Tomar) – Autos de demarcação, sendo comendador D. João de Saldanha de Oliveira e Sousa, morgado de Oliveira, gentil-homem da câmara do infante D. Pedro*. (Inclui o trelado da doação do castelo de Seda à Ordem do Templo, feita por D. Afonso Henriques).

Biblioteca Nacional de Lisboa

- Códice 735, 736 e 738 – *Compilação das escrituras da Ordem de Cristo*.

Arquivo Distrital de Braga

- Gaveta das Propriedades e Rendas da Mitra, 10 e 25.
- Gaveta de notícias várias, 10.
- Gaveta de quindénios, décimas, subsídios, donativos, tributos e fintas, 1 e 8.
- Gaveta 1ª das Igrejas, 3.
- Gaveta de concílios, sínodos e juntas eclesiásticas, 1.
- Caixa das Bulas, nº 1, 22 e 23.
- Livro das Cadeias, fl. 30v, 62.

Fontes impressas

- ALBON, Marquis d', 1913-22a – *Cartulaire général de l'Ordre du Temple 1119-1150. Recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple formé par le Marquis d'Albon*, Paris.
- ALBON, Marquis d', 1922b – *Cartulaire général de l'Ordre du Temple 1119-1150. Fascicule Complémentaire contenant la table des sommaires des actes et l'identification des noms de lieux*, Paris, Honoré Champion Éditeur.
- AZEVEDO, Rui; COSTA, Avelino Jesus da; PEREIRA, Marcelino, 1979 – *Documentos de D. Sancho (1174-1211)*, Coimbra, Centro de História da Universidade, vol. I.
- BRANDÃO, Fr. Francisco, 1980 - *Monarquia Lusitana*, 3ª ed., Lisboa, I.N.-C.M., 8 vols.
- CLAIRVAUX, Bernard de – *Liber ad milites Templi de laude novae militiae*, in “Elogio de la Nueva Milícia Templária”, Madrid, Ediciones Siruela, 1994.
- COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria F., 1989 – *Bulário Português: Inocência III (1198-1216)*, Lisboa, I.N.I.C.
- COSTA, Fr. Bernardo da, 1771 - *Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo.*, Coimbra, Oficina Pedro Ginioux. Ed. facsimile, Sol Invictus, Malveira, n.d.
- Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*, 1988, Publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, Lisboa; I.N.I.C., 5 vols.
- Documentos Medievais portugueses*, 1940-1962, Lisboa, Academia Portuguesa da História, Iº Vol., 1º e 2º tomos: Documentos Régios; IIº Vol.: Documentos Particulares: 1101-1115; IIIº Vol.: Documentos Particulares (1116-1123). Org. Rui Pinto de Azevedo; concluído por Avelino de Jesus Costa.
- FERREIRA, Alexandre , 1735 – *Suplemento histórico ou Memórias e notícias da célebre ordem dos Templários para a História da admirável ordem de nosso Senhor Jesu Christo em Portugal*,–Fac-simil. da Ed. de Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Silva.
- Gavetas da Torre do Tombo (As)*, 1960-1977, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Vol. II.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo, 1997 – *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, Intituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo.
- LEONARD, E. G., 1930 – *Introduction au cartulaire manuscrit du Temple (1150-1317), constitué par le marquis d'Albon et conservé à la Bibliothèque Nationale, suivie d'un tableau des maisons françaises du Temple et leus précepteurs*, Paris.
- Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal 1574*, 1971 - Ed. de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris; Fundação Calouste Gulbenkian.
- Memórias para a História das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal*, Lisboa, 1815.

- MONTAGNAC, Élise de, 1864 – *Histoire des chevaliers templiers et de leurs prétendus sucesseurs, suivi de l'histoire des Ordres du Christ et de Montesa*, Paris, Auguste Aubry.
- Monumenta Henricina*, 1960-1974, Col. por A. J. Dias Dinis e ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, Atlântida, 15 vols.
- Monumenta Portugaliae Vaticana*, 1970 - vol. II - Súplicas dos Pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX, Ed. por António Domingues de Sousa Costa, Braga, Livraria Editorial Franciscana.
- NEVES, C. M. L. Baeta, 1980 – *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, vol. I, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas - Direcção-geral do Ordenamento e Gestão Florestal.
- PINHARANDA, Gomes, 2002 – *A regra primitiva dos cavaleiros Templários*, Lisboa, Hugin, p. 80-129.
- Portugaliae Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, 1856, Vol. I, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1856, Vol. I, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 1946-54, Ed. de D. António Caetano de Sousa, nova edição de Manuel Lopes de Almeida e César Pregado, Coimbra, Atlântida, 12 vols.
- REUTER, A. E., 1938 – *Chancelarias medievais portuguesas*. I, Coimbra.
- RODRIGUEZ CAMPOMANES, P., 1747 – *Dissertaciones históricas del orden e cavalleria de los Templários, o resumen historial de sus principios, fundación, instituto, progresos y extincion en el cincilio de Viena. Y un apéndice o suplemento en que se pone la regla de esta orden y diferentes privilegios de ella, con muchas disertaciones y notas, tocantes no solo a esta orden, sino a las de S. Juan, Teutónicos, Santiago, Calatrava, Alcantara, Avis, Montesa, Christo, Monfrac y otras iglesias y monasterios de España, con varios catálogos de maestros*,-(Madrid: 1747; Barcelona 1975), Fac-simil. Sl: sn, 2000.
- ROMAN, Fr. Jerónimo, 1920-1940 - *Libro da Ynclita Caballeria de Cristo en la Corona de Portugal*, in “Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo”, Lisboa, p. 25-36, 109-120, 132-136, 147-148 e 153-154.
- SANTA CATARINA, Luís de, 1722 - *Catalogo dos mestres da Ordem do Templo portuguezes que tiverão e exercitarão este titulo e cargo nesta coroa portugueza e em outras de Hespanha*, “Colecçam dos documentos e memorias da Academia Real de História portugueza”, vol. 2, Lisboa.
- SANTARÉM, Visconde de, Rebelo da Silva, L. A. e Mendes Leal, J. da Silva, 1842-74, *Quadro Elementar das Relações Políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*, Paris, 15 vols.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, 1965-66 – *Elucidario das palavras, termos e frases: que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Porto, Livraria Civilização.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BARBOSA, Isabel Maria de Carvalho Lago, 1998 - *A Ordem de Santiago em Portugal nos finais de Idade Média (Normativa e prática)*, in “Analecta Ordinum Militarium – As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: A Normativa”, Vol. 2, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 93-288.
- BARROCA, Mário Jorge, 1996-1997 – *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do século XII “Portugalia”*, Nova Série, Vol. XVII-XVIII.
- BARROCA, Mário Jorge, 1995 – *Epigrafia Medieval portuguesa (862-1422)*, Porto, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- CASTAN LANASPA, J., 1982 - *Aportaciones al estudio de la Orden del Temple en Valladolid*, in Boletín del Seminario de Arte y Arqueología, Universidad de Valladolid, p. 48.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, 1982 - *Pedro Álvares Seco*, in “Miscelânea Histórica de Portugal”, Lisboa, nº 2, p. 31-52.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 1993^a – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 1999-2000b – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos finais da Idade Média à Modernidade*, in “Analecta Ordinum Militarium”, vol. 3-4, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 5-592.
- COUSIN, P., 1954 - *Les débuts de l'ordre des Templiers et Saint-Bernard*, in “Melanges Saint Bernard”, Dijon.
- CUNHA, Maria Cristina, 1989 – *A Ordem de Avis (das origens a 1329)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- CUNHA, Mário Raul de Sousa, 1991 – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- ESTEPA DIEZ, C., 1997 - *Las encomiendas del Temple en Tierra de Campos*, in “Archivos Leoneses”, nº 52, 26.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo, 1997 — *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, I.A.N./T.T..
- FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa, 2003 — *A Ordem Militar de Santiago no século XIV*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- FONSECA, Luís Adão da 1998 – *A Cruzada, a Paz e a Guerra no Horizonte da Nova Europa do século XI*, Porto, Centro Leonardo Coimbra - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- FOREY, A., 1973 - *The Templars in the Corona de Aragon*, Londres.
- GARCIA LARRAGUETA, S.A., 1981 - *El Temple en Navarra*, in “Anuario de Estudios Medievales”, nº 11.
- GARCÍA-GUIJARRO RAMOS, Luis, 1995 - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, Madrid, Editorial Cátedra.
- GOMES, Saul António, 2005 — *Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal, na Idade Média* in “As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares, Palmela 30 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2002”, Palmela, Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, p. 111-167.
- MARTINEZ DIEZ, G., 1993 - *Los Templarios en la Corona de Castilla*, Burgos.
- MATA, Joel Silva Ferreira, 1992a — *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: a Comenda de Santos na Idade Média*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- MATA, Joel Silva Ferreira, 1999b — *A Comunidade feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do Século XV e no início do Século XVI. Estudo Religioso Económico e Social*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz, 2000 - *Castelos da Ordem do Templo em Portugal : 1120-1314*, Lisboa, Tese de Mestrado.
- PARKER, T. , 1962 - *The Knights Templars in England*, Tucson.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes, 1997 - *A Ordem de Avis durante o Mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira*, in “Analecta Ordinum Militarium – As Ordens Militares no reinado de D. João I”, vol. 1, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 127 – 242.
- PINTO, Mº Cristina G. Pimenta Aguiar, 2002 — *As Ordens de Avis e Santiago na Baixa idade Média: o governo de D. Jorge*, Palmela, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago / Câmara Municipal de Palmela.
- RILEY-SMITH, Jonathan, 1986 - *The First Crusade and the Idea of Crusading*, Cambridge.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1995 – *História de Portugal. (1080-1415). Estado, Pátria e Nação*, vol. I, Lisboa, Editorial Verbo.
- SILVA, Isabel Luísa Morgado Sousa e, 1997 - *A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)*, in “Analecta Ordinum Militarium – As Ordens Militares no reinado de D. João I”, vol. 1, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 5-126.
- SILVA, Isabel Luísa Morgado Sousa e, 1998 - *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, 1998 - *A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média. Espiritualidade, normativa e prática*, in “Analecta Ordinum Militarium – As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: A Normativa”, vol. 2, Porto, Fundação Engº António de Almeida, p. 5-92.